


DOI: 10.22476/revcted.v6i2.461

ISSN: 2447-4223


ESCOLA CIDADÃ E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM DIÁLOGO DESDE A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE

Mariana de Almeida de Moura¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4909-1479>

FCE - Faculdade Campos Elíseos, Faculdade XV de Agosto, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP, Brasil

Marta Regina Paulo da Silva²

 <https://orcid.org/0000-0003-4909-1479>

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, SP, Brasil

Submetido em: 02/11/2020

Aceito em: 20/12/2020

Publicado em: 31/12/2020

Resumo

Esta é uma Carta Pedagógica, inspirada na obra de Paulo Freire, onde convidamos ao diálogo os(as) colegas docentes, com vistas à construção de uma Escola Cidadã, pensando nas especificidades das crianças em situação de acolhimento institucional. O livro “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” do mesmo autor, embasa nossas discussões, fomentando-nos a esperar uma escola equitativa, humanizadora e possível em nossas rotinas.

CITIZEN SCHOOL AND CHILDREN IN INSTITUTIONAL CARE: A DIALOGUE FROM PAULO FREIRE'S PEDAGOGY OF AUTONOMY

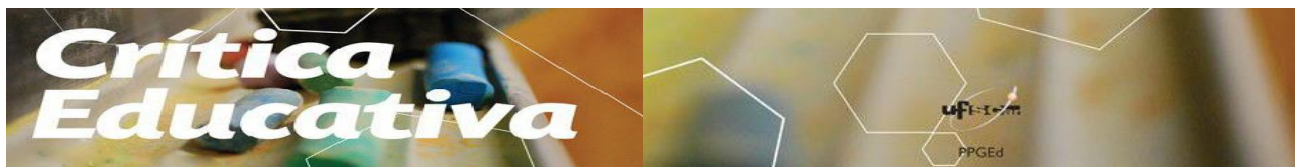
Abstract

This is a Pedagogical Letter, inspired by the work of Paulo Freire, in which we invite our fellow teachers to dialogue, with a view to building a Citizen School, thinking about the specificities of children in institutional care situations. The book “Pedagogy of autonomy: knowledge necessary for educational practice” by the same author, supports our discussions, encouraging us to hope for an equitable, humanizing and possible school in our routines.

Keywords: dialogue; welcoming; empowerment.

¹ mariana.amoura@yahoo.com.br

² martarps@uol.com.br



ESCUELA CIUDADANA Y NIÑOS EN ACOGIDA INSTITUCIONAL: UN DIÁLOGO DE LA PEDAGOGÍA DE LA AUTONOMÍA DE PAULO FREIRE

Resumen

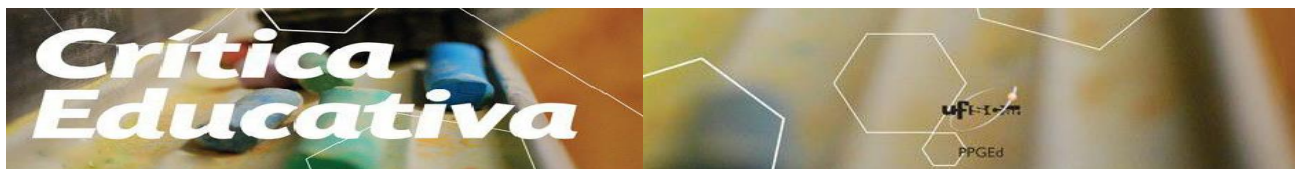
El Proyecto “BemViver” surge en un intento por hacer del aprendizaje virtual y a distancia, una alternativa no tan atractiva y determinante en el tiempo actual. Una forma de no ceder el viaje construido con nuestros estudiantes y, más aún, en una posibilidad de aprender nuevas formas de comunicarnos, conectarnos y construir una nueva dinámica en la que pudiéramos estar presentes y activos en la vida de los mismos, durante los momentos difíciles de aislamiento y socialización. El éxito del proyecto, demuestra que la creación de un espacio de acogida y comprensión es un paso fundamental en el proceso de reconocimiento y empoderamiento de los alumnos, tanto en el aula como en el aprendizaje a distancia.

São Caetano do Sul, 09 de outubro de 2020

Caro colega Professor e Professora,

Estávamos a lembrar do dia em que um estudantado segundo ano do Ensino Fundamental Isob tutela do Estado e o qual uma de nós teve o prazer de ser professora, diante de uma proposta do livro didático, que envolvia desenhar a família, mostrou-se confuso. Ante a inquietação instaurada, a docente iniciou uma conversa sobre o ocorrido. O menino, então, questionou se deveria desenhar a casa onde morava com seus familiares antes ou a atual em que reside em situação de acolhimento institucional. Dito que desenhasse a que lhe desse vontade, exercendo, deste modo, sua liberdade de escolha, ele, com um sorriso tranquilo, disse que desenharia a casa onde viveu anteriormente ao acolhimento. Assim o fez: um lindo desenho, tendo ele, sua irmã com idade próxima, a professora e o cachorro do qual sente saudades. Somente eles. Não havia outros adultos, além da docente, que ali quisesse ilustrar. Mostrou-se feliz diante de sua escolha.

O acontecido nos levou a refletir acerca das responsabilidades que são conferidas aos adultos e setores envolvidos na vida de uma criança institucionalizada. Afinal, qual a importância da professora na vida daquela criança para que a desenhasse entre o seu contorno familiar? Não almejamos discorrer aqui sobre as questões referentes ao setor da saúde, tampouco focar na função do Estado ou da família. Nossos pensamentos caminham ao encontro do papel da escola, em especial do corpo docente na vida destes meninos e meninas e assim, o(a) convidamos a refletir conosco.



Nesta reflexão Paulo Freire se faz um interlocutor fundamental para o diálogo, em especial a partir de seu livro “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”³, uma vez que identificamos congruências que fomentam um importante debate no âmbito pedagógico com vistas a uma Escola Cidadã⁴, cuja preocupação latente seja a humanização de suas rotinas, em que o(a) estudante é o sujeito da educação, criador de seus próprios conhecimentos, sendo valorizadas suas vivências, saberes e culturas em uma relação horizontal com professores e professoras, dada uma perspectiva curricular e uma abordagem na qual o discurso é coerente ao caráter libertador por ela defendido e vivenciado no tenso exercício da democracia, no chão da escola.

Segundo o Instituto Paulo Freire (IPF), a Escola Cidadã defende a educação cuja realidade social de cada sujeito, suas culturas, sejam respeitadas, de modo que a visão macro, global seja também trazida à reflexão. Através de sondagens diagnósticas, com vistas à compreensão da realidade escolar, é pensado e construído o PPP (Projeto Político Pedagógico). Esta análise é chamada de Etnografia da Escola e vêm ao encontro do trabalho transdisciplinar e intercultural, sendo a “Escola Cidadã democraticamente organizada e pedagogicamente alegre, criativa e ousada”⁵ (MENEZES, 2020, p.1).

Quando falamos da sociedade brasileira, em especial da história da institucionalização das crianças no país, percebemos que mudanças significativas ocorreram no que concerne a este tema ao longo dos anos. Reconhecemos a importância destas conquistas, principalmente no âmbito das políticas públicas. Não obstante a este reconhecimento, gostaríamos de falar do papel da escola na vida destas crianças, que diante das (in)visibilidades que as cercam, constituem os “outros sujeitos” do chão da escola. São aqueles que nem mesmo nas discussões sobre uma escola equitativa e inclusiva veem-se lembrados. Esses “outros sujeitos” estão imersos em um sistema de dominação arraigado em nossa sociedade, que os trata como inferiores. Neste mecanismo, etnia, raça, gênero, classe e idade são marcadores de opressão e exclusão.

Para Freire (2019, p. 58) “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”, sendo, portanto, um dever

³FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 60 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

⁴MENEZES, Ebenezertakuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes escola cidadã. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrazil.com.br/escola-cidada/>. Acesso em: 01 de out. 2020.

docente respeitar a dignidade dos(as) estudantes, entendendo que esta envolve o respeito ao próprio ser, enquanto sujeito que vive e interfere no mundo, assim como é constantemente modificado por ele.

Diante da provocação do autor, nos perguntamos se: seria a escola, para as crianças institucionalizadas, um mecanismo de alienação e conformidade diante do que está posto? Sem superestimar o papel da escola, mas defendendo sua função humanizadora, acreditamos na instituição escolar como ferramenta de mudanças e instigadora de possibilidades. Questionamos então o caráter público, enquanto instrumento a favor de interesses de poucos em detrimento da real característica de instituição pública, como sendo do e para o povo.

O convite é para que comecemos por enxergar estes meninos e meninas não como objetos, lançando mão de procedimentos metodológicos reducionistas e padronizados, mas como seres únicos, cuja a prática pedagógica testemunhe cotidianamente que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2019, p. 24). Sendo assim, cabe questionar os currículos escolares: em que medida eles acolhem as singularidades dos(as) estudantes em situação de acolhimento institucional? Quais seriam os saberes necessários para que esses(as) estudantes, a quem a educação se destinasse, sejam alcançados? Há outra maneira senão olharmos atentamente para o meio cultural e a realidade que os circunda?

Valorizar as vivências das crianças não significa isentarmos a responsabilidade escolar com relação ao que é cuidadosamente planejado e preparado para que os conhecimentos que lhes são de direito, tendo como base os documentos norteadores das práticas pedagógicas, sejam oferecidos e apreendidos. Trata-se de pensar estes momentos de compartilhamento de saberes entre docentes e estudantes, dentro dos contextos de vida aos quais estão inseridos os que têm nesta permuta o direito à aprendizagem, sem que o pensamento fatalista, que coloca o que está posto como algo impossível de ser sobrepujado, venha a nos sustar. Sobre isso Freire (2019, p. 21) nos alerta para a ideologia fatalista que marca o discurso neoliberal, que “com ares de pós-modernidade, insiste em convencernos de que nada podemos contra a realidade social [...] do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada”.

Nesta perspectiva, a escola cidadã assume para si que diante das dificuldades inerentes aos(as) estudantes mais vulneráveis não cabe adaptação, mas uma educação para a liberdade, em que a realidade seja campo de debate e não aceita de maneira acrítica, sem que haja possibilidade de luta diante dela. A escola tem importante papel no desvelar das injustiças intrínsecas, de modo a incentivar a reflexão sobre o que está posto e as possibilidades de mudanças. “É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar” (FREIRE, 2019, p. 18). Não há dissociação entre o fazer docente e este zelo amoroso junto aos(as) estudantes.

O corpo docente escolar, nesta lógica, propicia propostas objetivando a construção de aprendizagens, de modo a considerar nas situações escolares as vivências das crianças, junto as especificidades inerentes aos marcadores de opressão que as acompanham. A tomada de consciência com relação a importância que tem a realidade dos(as) estudantes do processo escolar pode e deve contribuir para um fazer humanizador e equitativo. Como bem ressalta Freire (2019, p. 53):

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

O autor nos lembra que os dificultadores podem ser superados, uma vez que temos consciência de que a vida está diretamente ligada ao inacabamento. Práticas inclusivas precisam continuar a ser pensadas e vividas. Com vistas a possibilitar tal pedagogia, faz-se necessária a constante reflexão sobre a prática, o que exige tempo, olhar cuidadoso e atencioso, sendo assim a formação centrada neste repensar a ferramenta basal para que se principie a modificação dos processos educacionais engessados.

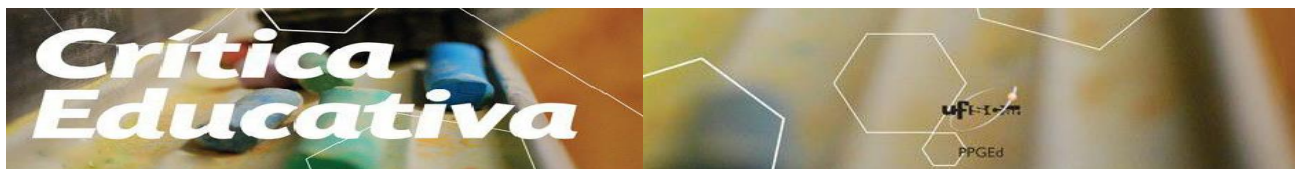
Ponderemos, portanto, que meninos e meninas, enquanto gente, têm o direito a sentir-se pertencidos ao ambiente escolar e até mesmo, perceberem nas atividades e rotinas que ali experienciam que foram consideradas suas vivências e culturas. Não podem na escola conviver com a ratificação dos comportamentos excludentes que o mundo lhes oferece, visto que as diferenças, infelizmente, ainda tendem a gerar situações segregatórias.

As escolas geralmente apresentam às crianças um modelo familiar homogêneo, padronizador e normativo que está ultrapassado e não contempla a grande maioria das realidades dos(as) estudantes que a compõem, gerando constante frustração. É sabido dos inúmeros formatos familiares hoje existentes em nossa sociedade. Cada um destes contornos de afeto deve ser respeitado e mirado nas experiências escolares. Inclusive, é possível enquanto educador e educadora, abarcar nos planejamentos os(as) estudantes que estão sob tutela do Estado, sem que sejam expostos de forma alguma, mas de modo que não sintam que em suas vidas, para que façam parte do grupo escolar, precisem preencher lacunas, muitas vezes provocadas pelos próprios conteúdos ali trabalhados. Se a escola apresenta um padrão no ideário do que se entende socialmente por família, não haveria propensão ao sentimento de frustração naqueles tantos que não se encaixam ao “modelo” preestabelecido?

Não temos uma tarefa fácil frente ao pensar para uma escola equitativa, mas concordamos com Freire (2019, p. 49) “como professor crítico, sou um ‘aventureiro’ responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente. Nada do que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se”. No caminho da reflexão da prática, diante da inquietude que nos move, estaremos sempre melhores do que fomos.

Podemos supor que, se movimentando, professores e professoras ensinam aos(às) estudantes que é possível e preciso indignar-se diante do que não está correto e justo. Se me refaço como ser humano, posso dizer com propriedade que nada está posto e findado como tal. É possível esperar a prática docente com o vislumbre de dias melhores, mas acima de tudo, com o vivenciar de melhorias diárias, mesmo diante de todos os inúmeros obstáculos encontrados na busca por fazer da educação pública o que é de direito do povo. Nas palavras de Freire (2019, p. 66), “Desrespeitado como gente no desprezo a que é relegada a prática pedagógica não tenho por que desamá-la e aos educandos. Não tenho por que exercê-la mal. A minha resposta à ofensa à educação é a luta política consciente, crítica e organizada contra os ofensores”.

Que desta forma, nossa luta política seja não somente a resposta ao descaso com a educação pública do nosso país, como também uma arma para que se rompam as correntes de aderência entre oprimidos e opressores, tal como contra a equivocada culpabilização compulsória com que as crianças pobres acabam por enxergar as situações desumanizantes às quais são muitas vezes apresentadas, sem que sejam assegurados os seus direitos legais.



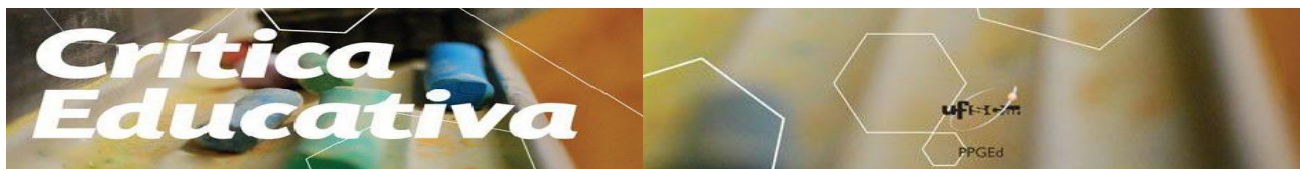
Freire (2019, p. 72) deixa uma pergunta escapar aos leitores e leitoras: “Que precisamos nós, os chamados educadores, saber para viabilizar até mesmo os nossos primeiros encontros com mulheres, homens e crianças cuja humanidade vem sendo negada e traída, cuja existência vem sendo esmagada?”

Esta pergunta não pode nos abandonar durante os momentos em que defendemos o protagonismo de nossas crianças e a importância do reconhecimento de suas vivências no ambiente escolar. É preciso que tenhamos consciência desta negação da humanidade, mas sobretudo que possamos ter a convicção do nosso papel nas vidas destes(as) estudantes. A esperança precisa nos acompanhar, de mãos dadas à consciência dos fatos. Sem que caminhem juntas, não terão grande função no que tange ao fazer pedagógico, pois como reflete Freire (2019, p. 77) “é a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica”.

Podemos traçar um plano norteador que nos auxilie nestas difíceis tarefas, tendo a lembrança de que é preciso mudar e defender a mudança. O papel formador no engajamento docente, com vistas à reflexão sobre a prática, faz desta mesma prática cada dia mais significativa e acolhedora. Freire (2019, p.51) defende que: “tudo isso nos traz de novo à imperiosidade da prática formadora, de natureza eminentemente ética. E tudo isso nos traz de novo à radicalidade da esperança. Sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las”.

Face à “teimosia” esperançosa de Paulo Freire, professores e professoras de escola pública veem o fazer cotidiano ao qual se dispuseram a exercer, com olhos de oportunidades, com possibilidades realizáveis de mudanças concretas, de melhorias de vidas, ainda que pela via de pequenos momentos sinceramente vultosos. Destarte, esperamos que a vontade de permanecer seja sempre superior aos desânimos inerentes ao caminho. Que nos rostos atentos dos(as) estudantes que nos aguardam, encontremos a motivação necessária para continuarmos na busca por fazer melhor e contribuirmos com os que nos cercam, em igual proporção a que estejamos receptivas e receptivos às mudanças provocadas por eles(as) em nós mesmos. Sejam participantes diligentes no movimento contínuo que nos liga, uns aos outros.

Com afeto e respeito,
Suas companheiras de profissão.



Referências

Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 6, 2020, p. 01-08
Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br>